



ICPREV

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

5

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2025, às 8h30, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas – ICPREV, foi realizada a décima segunda reunião ordinária do Conselho de Administração do ICPREV (CAIC-
PREV), no exercício de 2025. Estiveram presentes: Juliane Muchalowski Slabadack Ferraz,
5 Diretora Executiva do ICPREV; Marina Nishimori Olescowicz, representante do Poder Executivo; Daniel Carvalho, representante do Poder Legislativo; Andreia Correia da Silva Fontana Kauva, representante dos segurados ativos; Marili de Fátima Pereira Ecker, representante dos segurados ativos; Solange Stelzner, representante dos segurados ativos; Danielle Ludka, representante dos segurados ativos; Marilise Vieira de Lima Krauss, representante dos segurados inativos; Louise Cristina de Souza, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; e Luís Gustavo Vieira de Britto, Diretor Administrativo-Financeiro do ICPREV. A Presidente Solange declarou abertos os trabalhos, registrando que o ano foi marcado por desafios, conquistas e avanços institucionais, passando-se, em seguida, à análise da pauta. O primeiro item tratou da apresentação da Política de Investimentos para o exercício de 2026, conduzida pelo Diretor Luís Gustavo, que expôs os principais pontos do documento previamente encaminhado aos conselheiros. Informou-se que a política terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2026 e foi elaborada em conjunto com o Comitê de Investimentos, já tendo sido analisada e aprovada por aquele colegiado, cabendo ao Conselho de Administração sua apreciação final e eventual aprovação, com possibilidade de ajustes. Durante a apresentação, foram detalhadas as diretrizes gerais da política e a definição da meta atuarial, estimada em aproximadamente IPCA acrescido de 5,64% ao ano, totalizando uma meta projetada próxima a 10% para o exercício de 2026, considerando as projeções inflacionárias e os critérios definidos em portaria do Ministério da Previdência. Explicou-se a metodologia de cálculo da taxa atuarial, incluindo a possibilidade de acréscimo de 0,15% em razão do cumprimento de metas nos últimos exercícios, destacando-se que tal acréscimo foi considerado viável tanto sob o ponto de vista atuarial quanto em relação ao cenário econômico atual, marcado por taxas de juros elevadas. Ressaltou-se a importância da manutenção da condição de investidor qualificado, vinculada à certificação institucional, uma vez que essa condição permite ao Instituto acessar determinados produtos financeiros restritos, cuja perda poderia implicar riscos regulatórios e a necessidade de desinvestimentos forçados. Na sequência, foram apresentados os papéis e responsabilidades dos órgãos envolvidos na gestão dos investimentos, cabendo ao Conselho de Administração a análise e aprovação da política e o acompanhamento de sua execução; ao Comitê de Investimentos, a avaliação técnica dos produtos e das aplicações; ao gestor de recursos, a execução das operações; e à consultoria de investimentos, o suporte técnico, sem caráter decisório ou remuneratório adicional. Prosseguindo, foram expostos os cenários macroeconômicos utilizados como base para a política, incluindo projeções de inflação, taxa Selic, câmbio e desempenho de mercado, com destaque para a expectativa de redução gradual da taxa básica de juros ao longo de 2026. Com base nessas projeções e nos estudos de fluxo atuarial, foi apresentada a alocação estratégica da carteira, definindo-se percentuais objetivos para renda fixa, fundos atrelados à Selic, títulos públicos, renda variável, investimentos no exterior e fundos de participação, sempre observando critérios de segurança, liquidez e rentabilidade. Ficou consignado que a política optou por não alocar recursos em fundos de crédito privado, fundos imobiliários e operações de crédito consignado, em razão da avaliação de risco, da necessidade de maior estrutura de acompanhamento e da ausência, no momento, de condições operacionais adequadas para tais investimentos. Também foram prestadas informações sobre os fundos de participação já subscritos, os valores efetivamente aportados até o momento e as expectativas de chamadas futuras de capital. Logo após, foram debatidos os riscos associados à política de investimentos, com destaque para o risco sistêmico, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco de terceirização, o risco legal, o risco de imagem e o

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/12/2025 09:19:03:00-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p446e6104e95149>





ICPREV

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

10

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

risco de desenquadramento passivo. Ressaltou-se que eventos externos, como crises bancárias, conflitos internacionais ou pandemias, fogem ao controle direto do Instituto, sendo mitigados principalmente por meio da diversificação da carteira e da manutenção de níveis adequados de liquidez. Destacou-se que parte significativa dos recursos permanece com possibilidade de resgate em até trinta dias, garantindo o pagamento regular dos benefícios. No que se refere ao risco operacional, registrou-se que, em razão da estrutura enxuta do Instituto, os procedimentos demandam atenção redobrada, especialmente na execução de aplicações e transferências financeiras, ressaltando-se a importância do acompanhamento interno e do controle cruzado das operações. Quanto ao risco de terceirização, reafirmou-se a opção institucional por não transferir a gestão integral da carteira a terceiros, mantendo-se a responsabilidade decisória no âmbito do Instituto. Também foi abordado o risco legal, considerando-se a possibilidade de alterações na legislação previdenciária e normativa, destacando-se que a política de investimentos foi elaborada com base na legislação vigente e poderá ser revista caso ocorram mudanças relevantes. Sobre o risco de imagem, enfatizou-se a necessidade de diligência na análise das instituições financeiras e das pessoas envolvidas, com verificação de histórico e idoneidade, evitando associações que possam comprometer a credibilidade do Instituto. Na sequência, foi apresentada a parte final da Política de Investimentos, incluindo orientações quanto à assinatura do documento, à forma de validação digital e aos procedimentos posteriores à aprovação, como o registro no sistema Cadprev e a publicação no sítio eletrônico do ICPREV, na aba específica de investimentos, garantindo transparência e publicidade dos atos. Ficou assim aprovada pelo conselho a Política de Investimentos para 2026. Durante a apresentação, Luís Gustavo citou exemplos de situações ocorridas recentemente em outros institutos e instituições financeiras, ressaltando os riscos decorrentes de investimentos excessivamente concentrados ou de interferência política na gestão dos recursos previdenciários, especialmente em operações de empréstimo a entes públicos. Ficou consignado o entendimento de que o Instituto deve manter independência financeira e cautela absoluta para evitar prejuízos aos servidores segurados. Na sequência, a Diretora de Benefícios, Cibele Neudorf Batista, apresentou balanço previdenciário do exercício, registrando que, ao longo do ano, foram concedidas 31 aposentadorias e duas pensões por morte, totalizando 242 benefícios pagos, entre aposentadorias e pensões. Destacou-se que o aumento no número de benefícios reflete os efeitos da reforma previdenciária e a busca antecipada por aposentadorias, especialmente entre servidores que se enquadram nas regras de média e integralidade. Foram prestadas informações detalhadas sobre revisões de benefícios, pagamento de diferenças salariais decorrentes de decisões judiciais, procedimentos relativos a precatórios e orientações adotadas para evitar a geração de novos passivos financeiros, priorizando a atualização imediata dos valores quando possível. Na sequência, Cibele apresentou dados sobre os processos previdenciários encaminhados e analisados pelo Tribunal de Contas, bem como os processos de compensação previdenciária junto ao Regime Geral de Previdência Social e a outros Regimes Próprios. Registrou-se o quantitativo de processos enviados, analisados, aguardando análise, rejeitados e em fase de compensação, destacando-se as dificuldades específicas relacionadas à compensação entre regimes próprios, especialmente quanto a períodos antigos não indenizados financeiramente. Por fim, foram mencionados os pedidos de compensação envolvendo outros entes federativos, como municípios e estados, esclarecendo-se os procedimentos adotados, os valores compensados e a sistemática de abatimento entre créditos e débitos previdenciários. Ressaltou-se o esforço da equipe técnica para regularizar os processos pendentes ainda no exercício corrente, de modo a iniciar o ano seguinte com a situação mais equilibrada possível. Ainda foram apresentados dados relativos aos valores recebidos a título de compensação previdenciária, tanto do Regime Geral de Previdência Social quanto de Regimes Próprios, destacando-se que, desde o início dos recebimentos, em dezembro de 2020, os

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 16/12/2025 09:19:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp46e6104e95149>





ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

valores passaram a ingressar de forma contínua, contribuindo significativamente para o custeio da folha de pagamento e para os investimentos do Instituto. Informou-se que, no período acumulado até outubro de 2025, o montante recebido ultrapassou R\$ 8,9 milhões, ressaltando-se que tais recursos anteriormente permaneciam represados e hoje representam importante reforço financeiro ao regime. Na sequência, foram apresentados dados mensais da compensação previdenciária, esclarecendo-se que os valores são creditados mensalmente, com acréscimo proporcional do décimo terceiro benefício, representando receita recorrente que auxilia no equilíbrio financeiro do Instituto. Em continuidade, foi realizado relato das atividades do setor de benefícios, com a apresentação do quantitativo de atendimentos realizados no período de junho a novembro, totalizando 972 atendimentos, sendo a maioria por meio de WhatsApp, além de atendimentos telefônicos e presenciais. Destacou-se a importância do atendimento presencial, especialmente para esclarecimento de dúvidas de aposentados e familiares, principalmente nos casos de benefícios concedidos pela média salarial, nos quais há redução significativa dos valores percebidos. Foram descritas as rotinas e atribuições desempenhadas no setor, incluindo atendimentos aos segurados, acompanhamento de processos junto ao INSS, monitoramento de processos no Tribunal de Contas, lançamentos e análises de contribuições para cálculo de média salarial, organização de processos de aposentadoria, elaboração e publicação de portarias, cumprimento de decisões judiciais, análise e processamento de compensação previdenciária, validação de vínculos e remunerações, acompanhamento de perícias médicas, solicitação de pareceres técnicos e apoio aos segurados junto aos órgãos previdenciários. Na sequência, Cibele e a Diretora Executiva Juliane abordaram a realização do evento de homenagem aos aposentados, destacando-se a expressiva participação do público e o caráter inclusivo da cerimônia, com especial menção à participação de intérprete de Libras, possibilitando a plena inclusão de servidor com deficiência auditiva, fato que gerou grande comoção e foi reconhecido como uma das homenagens mais marcantes já realizadas pelo Instituto. Ao final, a Presidente Solange, encerrando os assuntos da pauta, discutiu a organização do calendário de reuniões para o exercício de 2026, deliberando-se que, como regra geral, as reuniões ordinárias ocorrerão na primeira quinta-feira de cada mês, no período da manhã. Considerando particularidades do mês de janeiro ficou definido que a primeira reunião do ano será realizada em 13 de janeiro. As demais datas seguirão o calendário regular, com possibilidade de ajustes pontuais, caso necessário. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião do Conselho, ficando agendada a próxima reunião para o dia 13 de janeiro de 2026. Eu, Daniel Carvalho, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros do Conselho.

135

Marina Nishimori Olescowicz
Representante do Poder Executivo

Marilise Vieira de Lima Krauss
Representante dos Segurados Inativos





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

Danielle Ludka
Representante dos Segurados

Daniel Carvalho
Secretário

Louise Cristina de Souza
Representante do SISPUK

Juliane Muchalowski Slabadack Ferraz
Diretora Executiva do ICPREV

Andreia Correia da Silva Fontana Kauva
Vice-Presidente

Marili de Fátima Pereira Ecker
Representante dos Segurados

Solange Stelzner
Presidente

